

FONTE : FSPCLASS. : 33DATA : 27 4 89PG. : C-4

Ministro diz que população deverá cobrar aplicação do Nossa Natureza

Da Sucursal de Brasília

O ministro-chefe do Gabinete Militar e titular da Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional (Saden), Rubem Bayma Denys, disse ontem, ao depor na Comissão de Desenvolvimento Urbano, Interior e Índio da Câmara dos Deputados, que a sociedade deve cobrar de cada ministério a execução das metas do programa "Nossa Natureza". Segundo ele, a partir do momento em que os decretos foram assinados pelo presidente José Sarney, a responsabilidade passou para os setores do governo envolvidos diretamente com os problemas. "A Saden já fez a sua parte e agora vai só acompanhar", afirmou, sem querer detalhar o atual estágio de implantação das medidas aprovadas pelo presidente Sarney há um mês.

Segundo ele, é preciso que os parlamentares estejam atentos para a destinação de recursos ao meio ambiente quando forem tratar de questões vinculadas ao orçamento. Este ano, por exemplo, o programa "Nossa Natureza" precisaria de NCz\$ 179 milhões, e recebeu, por enquanto, NCz\$ 54 milhões. O projeto Calha Norte está com NCz\$ 6 milhões. "É preciso que todos se conscientizem e que haja um esforço nacional para resolver a questão do meio ambiente", disse Denys.

Sobre a afirmação do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves —de que "os índios devem aculturados" e "gostam de TV Panasonic"—, Bayma Denys disse que isso não reflete uma posição de governo, e sim uma opinião pessoal do ministro. "Essa questão de aculturação está relacionada à vontade

do índio. Quando ele descobre o facão, não quer arco e flecha. Eles querem rádio, TV, saúde e todos os bens mínimos da sociedade. Devemos respeitar a sua vontade, desde que resguarde a sua cultura", disse o ministro.

Segundo Bayma Denys, uma das maiores preocupações do governo em relação aos índios é a preservação dos ianomami, maior nação indígena do país, cujas terras —localizadas em Roraima— permanecem invadidas por garimpeiros "manipulados por quatro ou cinco empresários" na época da votação do novo texto constitucional.

"A retirada desses garimpeiros não pode ser feita pela força, pois não adianta. Eles retornam", afirmou o ministro, acrescentando que, "além disso, são muito bem aceitos em Roraima".